

MULHER NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUNS APONTAMENTOS PARA O DEBATE

Aline Lago Takahara¹

Ana Maria Pereira Coelho Mendes²

Giullia Paula Rinaldi³

RESUMO

O objeto deste estudo foca a mulher na educação superior, pois ela já integraliza mais da metade dos alunos de terceiro grau. Partindo-se da realidade em que a condição de gênero interfere no cotidiano das mulheres, questiona-se: Quais as condições em que as mulheres fazem um curso superior? O objetivo geral é identificar se as condições objetivas da mulher para cursar a educação superior são comprometidas por funções e papéis culturais. A metodologia para verificar os objetivos foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo. Participaram do estudo 161 acadêmicas de ensino superior de uma instituição privada de Curitiba-PR. A análise de dados foi realizada de forma qualitativa. Os resultados encontrados neste estudo ratificam as conclusões de outras pesquisas no sentido de que apesar de as mulheres terem conquistado novas posições sociais, elas ainda representam diferentes papéis na sociedade, estes as impedem de ter direitos e oportunidades iguais aos dos homens. Foi possível perceber que as escolhas para cursos de ensino superior das mulheres avaliadas ainda se enquadram nas opções postas como “profissões femininas”, isso se dá provavelmente pela cultura enraizada pela história de nosso país.

Palavras-chave: Mulher. Educação. Ensino Superior. Sociedade.

¹ Aluna do 10º período de Psicologia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2015-216). *E-mail*: lioraline@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *E-mail*: anamariacpmendes@gmail.com

³ Mestre em Tecnologia em Saúde pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora da FAE Centro Universtário. *E-mail*: giullia.rinaldi@fae.edu

INTRODUÇÃO

A mulher que tem acesso à educação superior já é uma realidade. As estatísticas mostram isso.

A publicação, cujo título é “A Mulher na Educação Superior Brasileira: 1991 – 2005”, é fruto de uma parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e tem como fonte os dados do Censo da Educação Superior de 1991 a 2005. De acordo com as estatísticas apresentadas, enquanto na sociedade brasileira as mulheres representam 51,3% da população, nos campi elas tiveram participação de 55,9% do total de 4.453.156 matrículas registradas em 2005. A participação do sexo feminino foi também maior entre os candidatos inscritos nos processos seletivos para os cursos de graduação (55,5%), bem como no grupo dos que efetivamente conseguiram ingressar (55%). E a presença das mulheres ficou ainda mais expressiva entre os concluintes dos cursos de graduação: 62,2% (SILVA, 2015).

A gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas.

A participação efetiva da mulher levanta questões sobre as condições desta participação, principalmente ao que se refere às necessidades e às demandas. Não se questionam as conquistas, pois são reconhecidas como legítimas, constituindo-se em direitos. É, também, neste século que tais direitos se apresentam como fundamento da política pública.

Porém, a cidadania de todos, enquanto conquista civilizatória, mantém-se na pauta das lutas políticas; é que as desigualdades sociais não desapareceram e continuam a ser a expressão mais concreta da permanente tensão e presença dos destituídos de direitos.

Partindo-se da realidade em que a condição de gênero interfere no cotidiano das mulheres, questiona-se: quais as condições objetivas em que as mulheres fazem um curso superior?

A hipótese que orienta este estudo é a de que as condições objetivas da mulher para cursar a educação superior são comprometidas por funções e papéis culturais.

O objetivo do presente estudo é identificar se as condições objetivas da mulher para cursar a educação superior são comprometidas por funções e papéis culturais.

As prioridades contempladas pelas políticas públicas são decididas pelo Estado, mas nascem na sociedade civil, por esse motivo estão em permanente disputa. Elas adentram a agenda do Estado quando se constituem em demanda fortemente vocalizada por grupos e movimentos da sociedade, que adensam forças e pressões, introduzindo-as na arena política.

Demandas e necessidades se tornam prioridade efetiva quando ingressam na agenda estatal, tornando-se interesse do Estado, e não mais apenas dos grupos organizados da sociedade civil.

Neste final de século, a participação da mulher tomou novos contornos que determinou urgência em seu enfrentamento. Jamais foi possível vê-la de forma isolada do modo e projeto econômico vigente e, agora, menos ainda.

As compressões políticas e econômicas globais; as novas demandas de uma sociedade complexa; a cultura sexista crônica; a revolução informacional; a transformação produtiva, desemprego e precarização das relações de trabalho; o combate à pobreza e às desigualdades sociais são alguns dos tantos fatores que engendram demandas e limites e pressionam por novos arranjos e modo de enfrentamento das condições da mulher no cenário nacional.

Está na ordem do dia o debate sobre a participação da mulher nas profissões e, nesta mesma ordem, a condição de gênero na educação.

1 A NOVA ECONOMIA, A NOVA FAMÍLIA, A NOVA MULHER

No século atual, constatam-se a emergência e a consolidação dos Estados-Nação, dos direitos sociais e de projetos universalistas de atenção às necessidades básicas dos cidadãos. Daí as apostas em projetos coletivos emancipatórios capazes de assegurar igualdade, liberdade e cidadania plena, em países socialistas ou capitalistas, que se iniciaram nos períodos que se sucederam à Segunda Guerra Mundial.

Como afirmou Draibe (1997, p. 8),

a novidade do pós-guerra – o Estado de Bem-Estar Social – foi ter imposto um particular mecanismo de freios às forças brutas da desigualdade socialmente produzida pelo mercado, através do sistema de direitos e políticas sociais.

Já a partir dos anos 1980 e com mais intensidade nos anos 1990, observa-se a tendência ao desmonte do propósito essencial da política social de direito: sua oferta universalista e redistributivista.

A crise dos últimos 30 anos é feita de um conjunto turbulento e conjugada de vários ingredientes: os processos de globalização econômica varrendo fronteiras; a mulher se destacando no cenário político; o papel social e psicológico da “rainha do lar” se convertendo em parceira econômica e provedora da economia doméstica; a renda familiar calcada em ações empreendedoras de mulheres que se sobrepõe ao homem provedor e mantenedor da família.

O Estado-Nação, a internacionalização, a globalização, bem como os papéis sociais e familiares hoje coexistem e às vezes se contradizem, numa relação complexa na qual a ordem e a desordem, tanto familiar quanto da sociedade, também coexistem (MARTINS, 1998).

No entanto, a turbulência vem igualmente de uma sociedade complexa, multifacetada, tecida pela velocidade de mudanças constantes e cumulativas, provocadas pelos avanços científicos e, sobretudo, pelo aumento das possibilidades de acesso e de redes de informação e de consumo que alteraram os padrões socioculturais e aumentaram o grau de incerteza dos indivíduos e das organizações.

Além disso, a transformação produtiva, o desemprego e a precarização das relações de trabalho produziram o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. Estes mesmos fatores enfraqueceram o protagonismo do homem trabalhador e da mulher “do lar” e, com ela, o pacto social que sustentou a família tradicional. Em contrapartida, novos atores sociais emergiram, deslocando para a sociedade civil um papel protagônico não só na revolução cultural, mas também na definição da agenda política dos Estados. A nova mulher é uma expressão deste novo protagonismo, alargando e revitalizando as novas configurações familiares. Nesta via, a identidade pessoal vai sendo composta por outras, como a feminista e a étnica, referenciadas em projetos microidentitários fora dos “roteiros de classe”. Surge então a emergência de entender como essa nova mulher se faz nos seus diferentes e novos pertencimentos.

Como bem afirma Martins (1998, p. 58),

Tais movimentos, muito embora sejam em geral “single issuemovements”, nem por isso deixam de expressar uma consciência de cidadania. Não mais como sujeitos da História, mas das sociedades ou comunidades em que vivem – e isso também marca o fim das teleologias sociais. Em síntese: abriu-se o leque das reivindicações sociais e, no mesmo passo, se desarticulam as formas de agregação de interesses e de representação políticas tradicionais. E esse é o principal desafio, em plano nacional, porque passam as democracias representativas e as relações entre Estado e sociedade.

Há uma nova interdependência que fragiliza o conhecido modelo institucional que é a família, no campo econômico e social, tornando quase compulsório e consensual um movimento externo, em direção à formação e à integração em novos papéis, e um movimento interno de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil para compor um novo pacto e condições de valores familiares.

No campo social, tais relações ficam evidentes pela maior articulação e presença (global/local e local/global) de valores religiosos nos quais está presente também uma expressiva participação de várias instituições (partidos políticos, escolas, igreja) e atores.

Esse novo arranjo exige um controle social constante, eficaz e, porque não dizer, formal, quando o Poder Legislativo brasileiro se outorga o dever de consagrar a tradição familiar, condenando as novas configurações familiares.

Alguns consideram válida essa legislação, pelo menos até que se estruture outra forma de controle em substituição, especialmente quando a *res publica* vai ser utilizada para o desempenho de atividades em área social, já que aí o controle de resultado é muito mais difícil do que quando se trata de atividades de natureza econômica, passível de ser avaliada segundo critérios objetivos (DI PIETRO, 1998).

Castells (1998, p. 10) fala em **Estado rede**, para expressar as novas formas articuladas de gestão: “Em um mundo de empresas rede e de Estado rede, a administração também deve ir assumindo uma estrutura ‘reticular’ e uma geometria variável em sua ação”.

O conhecimento dessa mulher – e, também, o seu maior profissionalismo – se apresenta como base de uma nova ética na participação econômica e social.

2 PAPÉIS E FUNÇÕES DA MULHER DO SÉCULO XXI

Nos últimos séculos, o Brasil tem passado por grandes mudanças e estas têm produzido efeitos sociais impactantes em vários aspectos. Uma dessas grandes mudanças é o papel da mulher diante da sociedade, que passou a lutar por um espaço antes negado a ela, e tem, aos poucos, conseguido cada vez mais postos. É possível observar que assim como qualquer mudança traz suas consequências, a entrada da mulher no mercado de trabalho tem levantado muitos debates e movimenta um processo de aceitação e mudança de paradigmas que foram por anos persistentes em nossa cultura (ESPÍNDOLA, 2011).

A história mostra a mulher como dona de casa, cuidadora do lar e responsável pelas tarefas domiciliares exclusivamente. Ribeiro (2006) relata que a colonização da América do Norte foi muito diferente no que se refere à mulher na América do Sul. Enquanto os norte-americanos, ao colonizar as terras da América, levavam suas esposas, filhos, sogras, e objetos de grande valor, os portugueses vinham sozinhos, utilizando o que havia nas terras brasileiras como recurso para se manterem, incluindo a escravidão dos índios. O papel da mulher passa a ser diferente nas duas culturas, o que mostra o desenvolvimento do papel da mulher sendo mais acelerado na América do Norte.

Para Borsa e Feil (2008), o papel da maternidade sempre foi construído como o ideal máximo da mulher, entendendo que a feminilidade era associada a renúncia e a sacrifícios, além disso, por muito tempo a mulher aceitou o papel da boa mãe e, por conta disso, o homem mantinha seu papel de mantenedor.

Segundo Grant (2001 apud BORSA; FEIL, 2008), com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a conquista da decisão em ter ou não ter filhos, o divórcio e a possibilidade de se assumir novas parcerias amorosas modificaram o contexto social de modo geral, em questões morais onde a mulher assume novos papéis.

De acordo com a percepção de Macêdo (2001 apud SOARES; CARVALHO, 2003), as transformações sociais têm trazido às mulheres papéis diferentes, saindo do ambiente doméstico para o social, o que as faz normalmente assumirem a chefia do lar, muitas vezes tanto afetiva quanto economicamente. O que é comum observar nessa mudança de papéis é que ela não se dá de forma amistosa, mas normalmente traz conflitos porque ainda é vista como transgressão.

Embora a mulher tenha conquistado um espaço que antes não lhe era concedido, a ideia de que ela pode apenas trabalhar é limitada. A mulher que estuda e trabalha, também é a mulher que cozinha, cuida da casa, dos filhos e tem suas funções femininas, ou seja, ainda que ela consiga um espaço fora de casa, há um acúmulo de funções e não uma substituição.

A verdade é que a sociedade não elaborou novas soluções consensuais para qualquer desses problemas. O que ocorreu foi a abertura de um espaço no qual estão sendo experimentadas novas formas de tentar equilibrar a vida pública e a privada, a participação no mercado de trabalho e na produção doméstica de valores de uso, a liberdade individual e a responsabilidade para com os filhos, a igualdade e a diferenciação de papéis (DURHAM, 1983, p. 41).

Algumas transformações demográficas, culturais e sociais que ocorreram no Brasil colaboraram para a entrada da mulher nas universidades, como é o caso da diminuição da fecundidade, que reduziu consideravelmente o número de filhos, permitindo que a mulher tenha tempo para as atividades extradomiciliares (SALVAGNI; CANABARRO, 2015, p. 93).

As atuais funções da mulher exigem que ela se esforce ainda mais para dar conta de todas as funções que exerce, como dona de casa, esposa, mãe, trabalhadora que ingressa para um curso de graduação.

A entrada da mulher na graduação não levou em conta seus múltiplos papéis perante a sociedade, pois todas as funções que ela tem e que são externas ao curso acabam por dificultar as atividades acadêmicas. Não foi para a mulher que engravida, que tem filhos e que cuida do lar que se abriram as portas do mercado de trabalho, bem como sua necessidade de especialização. As demandas acadêmicas entram em conflito com as demandas rotineiras da maternidade, o que pode acarretar em um desnível no sentimento da mulher em relação à sua ausência em alguma das partes, principalmente quando se trata do cuidado domiciliar (URPIA; SAMPAIO, 2011, p. 159).

3 A MULHER NA EDUCAÇÃO SUPERIOR – PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Barroso e Mello (1975) fazem uma pesquisa documental sobre o acesso da mulher no ensino superior brasileiro, concluindo que há evolução nessa participação. O estudo começa com a categorização das inscrições no vestibular e as preferências pelos cursos. A área de Ciências Humanas, mais especificamente, os cursos de Pedagogia e Letras eram as escolhas em destaque. A partir desse estudo outras realidades econômicas colocaram a mulher no campo da profissionalização, principalmente com a demanda da qualificação profissional de atividades empreendedoras.

A escola mudou, e o papel das mulheres também.

A entrada da mulher na vida universitária é um fato importante para as novas gerações, mas também é necessário que as universidades repensem as condições desse evento, uma vez que as jovens universitárias vêm portando demandas diferentes, que precisam ser observadas e creditadas, a fim de que o número de desistências não aumente (URPIA; SAMPAIO, 2008, p. 164).

4 PERFIL DE MULHERES BRASILEIRAS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A realidade do século passado mudou e hoje as mulheres são a maioria na universidade brasileira. Segundo o Censo do Ensino Superior de 2010, produzido pelo INEP, elas ocupam 57% das matrículas. O mesmo acontece na conclusão dos estudos, 60% das pessoas que chegam até o final dos cursos universitários são mulheres (FERRARI, 2016).

No Brasil, segundo Bonini (2011), é possível observar que houve um grande aumento da participação feminina no trabalho e na graduação, e essa participação tem manifestado habilidades femininas que, ao serem recebidas no ambiente de trabalho pelos homens, realça o potencial masculino. A partir disso, houve distinção entre as aprendizagens e atuações.

Para Silva et al. (2010), mesmo que a participação feminina venha aumentando de forma considerável nas últimas décadas, a maioria das mulheres ainda está inserida em vagas tipicamente femininas e isso pode explicar a diferença de salários entre homens e mulheres. A característica feminina em alguns cargos e em determinadas funções permite uma distinção entre o que as mulheres fazem e o que são capazes de fazer, isso classifica por habilidade de gênero e não diz sobre o que são capazes de desenvolver. Quando elas são confrontadas ou colocadas em situação de disputa entre ideias divergentes, as mulheres conseguem conciliar os dois lados da situação para

chegar a uma solução intermediária que permita um consenso (MADALOZZO, 2001 apud RICCIARDI, 2007, p. 19).

Andrade (2004, p. 84) afirma que:

Essas mudanças e novas configurações não refletem apenas os impactos da economia na vida das pessoas, considerando que essas dimensões não estão desarticuladas, demonstram também algumas alterações simbólicas importantes na reconstrução do ideário da atuação feminina na sociedade, visando atuações sociais mais amplas que permitam a conciliação de vida familiar com a participação na esfera pública, em especial no espaço produtivo.

A partir das transformações que ocorrem no processo de aceitação da mulher como líder, um perfil é elaborado no imaginário social e permite uma nova ideia sobre quem é a mulher trabalhando.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa empírica de natureza quali-quantitativa, permeada de uma investigação de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados e resultados.

Conforme Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado” constituída principalmente de livros e artigos científicos. Neste estudo, a pesquisa bibliográfica foi utilizada como base para a compreensão do desenvolvimento da fundamentação teórico-metodológica do estudo. Como procedimentos técnicos, foram realizados levantamentos de dados por meio de auxílio da secretaria acadêmica da instituição investigada.

Ainda segundo o mesmo autor:

[...] Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente a pesquisa é desenvolvida [...] por meio de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo (GIL, 2002, p. 53).

A interpretação e análise dos dados levantados foi realizada por meio da aplicação de um questionário – instrumento adaptado de Guimarães (2003) pelas pesquisadoras.

A aplicação do questionário foi realizada após a autorização de professores antes do início das aulas. A média de tempo demandada para responder o questionário foi de três a cinco minutos. O instrumento foi composto de 32 questões objetivas. Dos 4.093 alunos matriculados na instituição de ensino superior (IES) investigada, 2.044 eram do

sexo feminino (até a data da coleta). A amostra foi composta por 161 voluntárias que aceitaram responder o instrumento sem identificação no início da aula.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A instituição investigada oferta 22 cursos de graduação. Até o mês de junho de 2016, período em que foi realizada a coleta de dados, havia 4.093 alunos matriculados, sendo 2.049 do sexo masculino e 2.044 do sexo feminino. Esses números apontam para uma distribuição de praticamente 50 % das vagas ocupadas por mulheres em diferentes cursos.

Para a primeira análise, foram comparados os dados da IES avaliada com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), de 2009, disponíveis para consulta.

TABELA 1 – Comparação de dados INEP (2009) e FAE (2016)

10 Maiores Cursos com percentual de Homens e Mulheres segundo INEP (2009)				
Cursos	Feminino % (INEP 2009)	Feminino % (FAE 2016)	Masculino % (INEP 2009)	Masculino % (FAE 2016)
1. Administração	49,2	44,23	50,8	55,77
2. Direito	48,9	57,08	51,1	42,92
3. Pedagogia	91,3	95,21	8,7	4,79
4. Engenharia	20,3	21,48	79,7	78,52
5. Comunicação Social	56,6	48,65	43,4	51,35
6. Letras	80	75,61	20	24,39
7. Ciências Contábeis	50,07	49,59	49,93	50,41
8. Educação Física	43,1	–	56,9	–
9. Enfermagem	82,9	–	17,1	–
10. Ciência da Computação	18,8	–	81,2	–

FONTE: Guimarães (2013, adaptado)

Os resultados encontrados para esta comparação foram que entre os dez maiores cursos com percentual de homens e mulheres segundo o INEP (2009), a IES avaliada oferta vagas para a graduação de sete cursos dos dez indicados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas. Outra análise realizada se refere a dos percentuais que, conforme é possível perceber, apresenta números próximos uns dos outros, um exemplo é a comparação do percentual de alunos matriculados no curso de Administração que entre o INEP e a IES apresentam uma diferença de 6 % entre homens e mulheres em ambas as projeções.

No estudo de Queiroz (2001), a observação por gênero do contingente matriculado na UFBA, no período investigado (1997), mostra que as mulheres estão representadas em proporção próxima à dos homens, em quase todos os anos da série, confirmando

o que já havia sido apontado por Rosenberg (1994 apud QUEIROZ, 2001), de que o gênero já não representa um problema para o acesso ao ensino superior.

Ao analisar os cursos de licenciaturas (como já é sabido pela literatura) e fatores históricos, os percentuais de mulheres são expressivos se comparados aos de homens, em ambas as projeções. Esses números corroboram com os achados de Barroso e Mello (1976) sobre o acesso da mulher ao ensino superior brasileiro, onde as preferências pelos cursos de ciências humanas (Pedagogia e Letras) eram as escolhas em destaque. Nesse sentido, também é possível perceber a preferência masculina pelas engenharias. Os cursos de Direito e Ciências Contábeis apresentaram uma distribuição harmônica nas duas instituições comparadas.

O estudo de Ávila e Portes (2009) aponta dados sobre a reincidência, ao longo dos últimos 15 anos, dos baixos índices de matrícula de mulheres nos cursos de Engenharia (20,3%). Resultados que corroboram com os achados nesta pesquisa.

Para Ávila e Portes (2009), esses dados refletem, do ponto de vista das relações de gênero, como as preferências quanto à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos, dando origem a áreas demarcadas como “mais femininas” – a área das ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, por exemplo – ou “mais masculinas” – como aqueles da área de ciências exatas e carreiras tecnológicas.

Para a segunda análise, foram estudados os dados levantados por meio da aplicação de um instrumento adaptado de Guimarães (2003) em sua tese de doutorado intitulada: *Por que hoje no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior? Trajetórias educacionais, família e casamento em questão*. Nesse estudo, a autora avalia questões sociais e perfil da mulher no ensino superior. Dessa forma, foi realizada uma adaptação, preservando as questões que seriam aplicadas à realidade da instituição investigada.

As questões aplicadas podem ser visualizadas na TAB. 2, a seguir.

TABELA 2 – Resultados para as questões do instrumento

Continua

	Qual sua idade?						Estado civil				
	Adm.	Pedag.	Psico.	Engen.	Tecno.		Adm.	Pedag.	Psico.	Engen.	Tecno.
Menos de 20 anos	3	13	6	1	1	Solteira	29	47	26	19	5
Menos de 30 anos	30	36	15	19	5	Casada	4	12	9	3	4
Menos de 40 anos	–	12	11	2	4	Víúva	–	–	–	–	–
Menos de 50 anos	–	–	4	–	–	Outro	–	1	1	–	1
Total	33	61	36	22	10	Total	33	60	36	22	10

TABELA 2 – Resultados para as questões do instrumento

Conclusão

Estado civil						Se tem filhos, quantos?					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Solteira	29	47	26	19	5	1		6	12	1	
Casada	4	12	9	3	4	2		3	2	1	2
Outra		1	1		1	3					
	33	60	36	22	10	Mais de 3		1			
Tem filhos?							0	10	14	2	2
						Você tem profissão?					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Sim		10	14	2	2						
Não	32	48	22	20	7	Sim	23	45	22	18	8
	32	58	36	22	9	Não	10	16	14	4	2
Quanto a sua cor, em qual das opções abaixo você se enquadra?							33	61	36	22	10
						Na sua opinião, homens e mulheres têm as mesmas oportunidades?					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Branco	29	39	22	19	7						
Preto	1	2	1			Sim	4	13	6	5	1
Pardo	3	19	13	2	3	Não	28	42	29	12	9
Outros		1				Não sei		6	1	1	
	33	61	36	21	10		32	61	36	18	10

FONTE: Guimarães (2013, adaptado)

A partir da análise dos dados coletados pela da pesquisa de campo, realizada com 161 alunas da FAE Centro Universitário no Campus Cento, é possível observar alguns pontos importantes a serem discutidos, pontos estes que se destacam pelas diferenças evidentes.

Os dados concordam com a pesquisa do PNAD (apud ROSEMBERG; MADSEN, 2003-2009) no que se refere ao menor número de estudantes negras no ensino superior. Os dados revelam que 6,44% das estudantes que participaram da pesquisa são negras e, pelos dados que as autoras apresentaram, 12,8% dos 4,4 milhões de estudantes brasileiros são mulheres negras. Esse é um assunto de muita polêmica e discussão ainda hoje, a distinção entre raças e cor é um problema que ainda existe e deve ser estudado com maior detalhamento.

Ao serem questionadas sobre o motivo principal da procura pelo ensino superior 66,01% das participantes consideraram que complementar sua formação é o principal objetivo. Porém, das 36 as participantes que precisaram parar de estudar, 13 o fizeram porque precisaram trabalhar e 7 porque engravidaram.

TABELA 3 – Principais questões relacionadas aos fatores ligados ao ingresso na graduação Continua

Se trabalha, indique quantas horas						Se você acha que não, em que campo você percebe essa					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Menos de 20 horas semanais	1	6	5	1	2	Nas relações pessoais	5	10	5		2
Mais de 20 horas e menos de 36 horas semanais	17	19	5	4	1	Nas relações de trabalho	20	31	9	12	7
Mais de 36 horas e menos de 40 horas semanais	5	8	4	6	7	Na hora de procurar emprego	1	17	12		4
Entre 40 horas e 44 horas semanais	3	10	4	7		Em brincadeiras, piadas	5	10	8	1	1
Outros		2	4			Nos meios de comunicação	1	8	8		1
	26	45	22	18	10	Na sua comunidade	2	6	4		
Se possui renda própria, ela é de:						Outros	3	4	3	1	2
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		37	86	49	14	17
Menos de 2 salários min	14	13	15	3	2	Se você acha que sim, é porque					
de 2 a 4 salários min	8	32	3	4	7		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
mais de 4 até 6 salários min	2		1	6	1	Não há discriminação de sexo	1	4		1	
Mais de 6 até 10	2			3		Porque nunca foi	2	7	1		
Mais de 10 até 20				1		Porque homens e		2		3	
Mais de 20 salários min			1	1		Poque vivemos em uma sociedade igualitária	2	1	1		
	26	45	20	18	10	Outros		2	3		
							5	16	5	4	0

TABELA 3 – Principais questões relacionadas aos fatores ligados ao ingresso na graduação Conclusão

Com relação à renda familiar						O que te levou a procurar o curso de graduação?					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Não contribui e recebe ajuda familiar	7	4	10	4							
Não contribui mas se sustenta	2	6	12	7	3	Perspectiva de arranjar um emprego	3	8	10		1
Contribui parcialmente para o sustento	15	9	9	5	2	Perspectiva de arranjar um emprego melhor	9	15	8	3	5
É responsável pelo sustento da família	6	19	5	6	5	Para preencher o horário noturno					
	30	38	36	22	10	Completar sua formação profissional	10	12	6	10	3
						Para aumentar meus conhecimentos	8	22	10	2	1
						Outros		2	2		
							30	59	36	15	10

FONTE: Guimarães (2013, adaptado)

No que se refere às prioridades, 66% das participantes têm a família como centro de sua atenção e cuidado enquanto 12,88% acham que o emprego é o fator mais importante de suas vidas.

TABELA 4 – Principais questões sobre mercado de trabalho

Continua

Você já iniciou algum outro curso superior?						A casa em que sua família reside é					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Não	29	52	26	15	5	Própria já quitada	19	21	12	9	2
Sim, mas abandonei pois não tive condições financeiras	1	2	2		2	Própria não quitada	2	16	16	2	4
						Alugada	10	24	6	9	4
						Outra	2		2	1	
							33	61	36	21	10
Sim, mas abandonei pois o curso não correspondeu às expectativas		1		5		Contando com você, quantas pessoas da família residem na sua casa?					
Sim, mas abandonei pois conclui que não era a carreira que eu queria		5	2		2	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno	
Sim, mas abandonei porque casei		1			1		1	1			
Sim, estou cursando				1	2	10	18	9	10	6	
Sim, já conclui	2		3	1	1	3	8	23	11	9	2
	32	61	33	22	10	mais de 3	15	19	15	3	2
O fator principal que levou a escolher o curso que faz							33	61	36	22	10
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno	Se você precisou parar de estudar, explique porque					
Melhor oferta	15	18	3	2	1	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno	
Influência da família	2	7	2		2	Casei		2		1	
Financeiramente é mais promissora	1	2		3	1	Engravidei		3	1	2	
Prestígio social da profissão			1			Casei e engravidei		3			

TABELA 4 – Principais questões sobre mercado de trabalho

Conclusão

O fator principal que levou a escolher o curso que faz						Se você precisou parar de estudar, explique porque					
	Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno		Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
Baixa concorrência pelas vagas						Arrumei um emprego		2			
Indicação de teste vocacional		3	1			Precisei trabalhar	5	5	1	2	1
Porque é a que mais gosta e se identifica	4	31	28	10	5	Nunca gostei de estudar					
Para adquirir mais			1			Outros		3	3		1
Outros					1		5	18	5	3	5
	22	61	36	15	10	Sua situação atual, em relação ao mercado de trabalho					
Enumere de 1 ao 5 os itens abaixo de acordo com a ordem							Adm	Pedag	Psico	Engen	Tecno
						Empregadora	2	4	1	1	
Casamento	2	6	1	1	2	Empregada	23	34	22	11	10
Filhos	4	5	3	3	2	Autônoma	1	12	3	1	
Estudo	10	15	12	6	3	Aposentada					
Família	13	32	16	7	3	Está desempregada	5	6	10	3	
Emprego	3	3	1	1		Outro	1	5		2	
	32	61	33	18	10		32	61	36	18	10

FONTE: Guimarães (2013, adaptado)

Com relação à oportunidade entre mulheres e homens, 86,5% respondeu que não há igualdade entre gêneros, considerando que nas relações de trabalho houve uma maioria de 79 marcações, e, em uma segunda maioria, 34 mulheres marcaram essa distinção na hora de procurar um emprego. Já as participantes que não consideram que haja distinção entre mulheres e homens indicam que assim afirmam porque nunca foram discriminadas.

A diferença em percentuais entre homens e mulheres na instituição investigada foi de 6% de matrículas nos diferentes cursos. Os achados corroboram com o encontrado por Ávila e Portes (2009, p. 94) “embora as mulheres não sejam maioria, a distância com relação à porcentagem de homens é pequena”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados neste estudo ratificam as conclusões de outras pesquisas no sentido de que apesar de as mulheres terem conquistado novas posições sociais, ainda representam diferentes papéis na sociedade que as impedem direitos e oportunidades iguais às dos homens.

Com relação ao acesso à escolarização no ensino superior, as mulheres representam a maioria de ingressantes nos vestibulares, porém ainda não são a maioria no critério “concluintes”. Esses resultados refletem o papel da mulher na família que em muitos casos abre mão de seus estudos para o trabalho e sustento do lar.

Foi possível perceber que as escolhas para cursos de ensino superior das mulheres avaliadas ainda se enquadram nas opções compreendidas como “profissões femininas”, isso provavelmente se deve à cultura enraizada na história de nosso país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. R. de. **Para além do “teto de vidro”**: o trabalho feminino e as representações do “ideal” de mulher executiva. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-estar e Sociedade**, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 91-106, jun. 2009.
- BARROSO, C. L. M.; MELLO, G. N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 15, p. 47-77, dez. 1975. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/278.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- BONINI, A. Jornal escolar: gêneros e letramento midiático no ensino-aprendizagem de linguagem. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 149-175, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em: 2 maio 2016.
- BORSA, J. C; FEIL, C. F. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. **Psicologia**, Rio Grande do Sul, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- CANABARRO, J. R. S.; SALVAGNI, J. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 88-110, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- CASTELLS, M. Hacia el estado red? Globalizacioneconomica e instituciones politicas en la era de la informacion. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: SOCIEDADE E A REFORMA DO ESTADO, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://raceadm3.nu.ca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/mcastells1.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- DI PIETRO, M. S. Z. Cidadão e sua defesa: A “res publica” e sua defesa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2, abr./jun. 1998.
- DRAIBE, S. M. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 3-21, out./dez. 1997.
- DURHAM, E. R. **Família e reprodução humana**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.
- ESPÍNDOLA, G. **A trajetória do poder da mulher**: do lar ao mercado de trabalho. 2011. Disponível em: <<http://docslide.com.br/education/a-trajetoria-do-poder-da-mulher-do-lar-ao-mercado-de-trabalho.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- FAE Centro Universitário. **Trabalhos acadêmicos, normas e orientações**. Elaboração de Ana Maria Coelho Pereira Mendes [et al.]. 3. ed., rev. e ampl. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2012.
- FERARRI, T. **Mulheres são a maioria nas universidades**. 2013. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2013/01/mulheres-sao-a-maioria-nas-universidades>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, A. L. **Por que hoje no Brasil mais mulheres buscam o ensino superior?** Trajetórias educacionais, família e casamento em questão. 2003. 344f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior 2010. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso: 15 março 2016.

_____. **Resumo Técnico**. Censo do Ensino Superior de 2009. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf>. Acesso: 15 março 2016.

_____. **Mulheres estão em maior número na educação superior**. 2009. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10%20157&articleId=13337&version=1.0>. Acesso em: 9 ago. 2016.

MARTINS, L. Economia e instituições políticas: o desafio da articulação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: SOCIEDADE E A REFORMA DO ESTADO, 48., São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1998.

PATTI, E. A. de M. R. **O que pode uma mulher**: sexualidade, educação e trabalho. Franca: UNESP, 2004.

QUEIROZ, D. O acesso ao ensino superior: gênero e raça. **Caderno CRH**, Salvador, v. 14, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **Revista HISTEDBR**, v. 1, p. 1-26, 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_021.html>. Acesso em: 9 ago. 2016.

RICCIARDI, A. Os 11 talentos femininos. **Revista Vida Executiva**, São Paulo, v. 4, n. 38, p. 16-20, jun. 2007.

ROCHA-COUTINHO, M. L.; COUTINHO, R. R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 61- 79, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442011000100005>. Acesso em: 9 ago. 2016.

ROSEMBERG, F.; MADSEN, N. Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro; Brasília: Unesco, 2011. v. 1. p. 390-433.

SILVA, A. **INEP divulga estudo atualizado da participação das mulheres na educação superior**. Mar. 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=16432&version=1.0>. Acesso em: 10 maio 2015.

SILVA, C. N. R. et al. As mulheres no mercado de trabalho. **Iniciação Científica**, Varginha, v. 1, n. 8, p. 25-36, jan./dez. 2010.

SOARES, J. dos S.; CARVALHO, A. M. Mulher e mãe, “novos papéis”, velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. esp., p. 39-44, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300006>. Acesso em: 9 ago. 2016.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (Org). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2016.